

## Lições da Crise de Eletricidade Sul-Africana

*por Kate Bayliss, Centre for Development Policy and Research, SOAS*

**A África do Sul** está sofrendo uma crise de eletricidade. Apagões têm sido generalizados e o impacto catastrófico. Prevê-se que o abastecimento de energia elétrica restrinja o crescimento pelo menos durante os próximos cinco anos. Como poderia isto ter ocorrido quando a África do Sul até há pouco tempo tinha um excedente de eletricidade barata? Este One Pager explora as causas.

As origens da crise resultam de um ambicioso programa de privatização e de reestruturação da eletricidade começado no início dos anos 1990. O processo foi longo, as reformas têm sido difíceis de implementar e o setor privado não foi capaz de responder. Entretanto, o investimento público estagnou; esta é a principal causa da atual crise.

O foco da reforma foi no sentido de levar as forças do mercado a exercer apoio na relação com a indústria de fornecimento de eletricidade. Eskom, a empresa de serviços públicos de eletricidade, foi transformada em sociedade com autonomia de gestão e, em 2001, as suas atividades fundamentais (a geração, transmissão e distribuição de eletricidade) foram separadas, com delimitação de seus recursos financeiros.

A rede de distribuição nacional fragmentada era para ser reorganizada em seis empresas distribuidoras de eletricidade, cuja propriedade seria detida pela Eskom e pelas municipalidades. Em última instância, o objetivo era trazer concorrência e participação do setor privado na distribuição. No entanto, este processo tem envolvido legislação complexa quanto à transferência dos ativos e tem sido dolorosamente lento. Até 2005, apenas uma empresa havia sido criada, apenas para ser dissolvida logo depois.

De forma crucial, a incerteza política tem contribuído para um colapso nos investimentos, em alguns casos, queda de 1-2 por cento da base de ativos em vez do nível desejado de 10 por cento. A falta de investimento em infra-estrutura de distribuição é um fator-chave para a crise. Há agora pedidos para que se abandone o programa de reestruturação em favor do reforço da estrutura existente.

Em geração, o programa de reestruturação destinava-se a criar também a concorrência e introduzir os participantes do setor privado. Houve uma moratória nos investimentos da Eskom, a fim de evitar o efeito expulsão do setor privado pelo setor público. Além disso, evitou-se direcionar a despesa pública para o investimento a fim de dinamizar a economia na seqüência da eliminação dos controles de capitais. Não houve, no entanto, praticamente nenhum interesse por parte do setor privado: o investimento em novas capacidades de geração caiu para zero entre 2002 e 2006 (ver figura).

Durante os recentes cortes de energia, uma percentagem muito elevada de capacidade de produção estava fora de serviço. Durante janeiro de 2008, por exemplo, esta atingiu 23 por cento, principalmente devido à manutenção não planejada.

A planta da Eskom está sob severa pressão devido a fatores como a má qualidade do carvão, falta de pessoal e uma elevada carga sobre a sua capacidade. Um círculo vicioso tem se desenvolvido: uma elevada proporção da planta está fora de ação, de forma que mais pressão é exercida sobre a planta existente, que se torna ainda mais susceptível de entrar em pane.

Subjacente, em longo prazo, ao baixo nível de disponibilidade da planta, está a falta de investimento em capacidade de produção, que tem derivado do otimismo injustificado quanto à vontade de o setor privado investir. O resultado foi uma queda da margem de reserva da Eskom (a proporção de capacidade não utilizada no pico de carga para a capacidade total) de mais de 20 por cento para um nível precariamente baixo de oito por cento.

Devido a esta pressão adicional sobre a rede, apagões freqüentes são inevitáveis. Pacotes de reforma similares foram repetidos em grande parte da África Subsaariana. Mas a “desagregação” da indústria de fornecimento de eletricidade para facilitar a participação do setor privado não foi capaz de obter os investimentos criticamente necessários (Bayliss e Fine 2008).

Em todos os países em desenvolvimento, os investimentos do setor privado no setor da energia diminuíram de US\$ 47 bilhões em 1997 para US\$ 14 bilhões em 2004. No entanto, assessores internacionais têm continuado a aderir ao pacote ortodoxo de políticas de reestruturação, alegando que a obtenção de investimento do setor privado é inevitável devido a um alargamento da “lacuna de investimentos” no setor da energia.

Enquanto isso, um enorme e rápido aumento dos financiamentos é necessário na África do Sul. A Eskom planeja investir cerca de US\$ 44 bilhões nos próximos cinco anos para aumentar a capacidade no setor da energia. Projeta-se financiar isto por uma combinação de empréstimos, subida de preços e um empréstimo governamental de US\$ 7 bilhões. Mas a capacidade adicional irá levar vários anos para entrar em funcionamento.

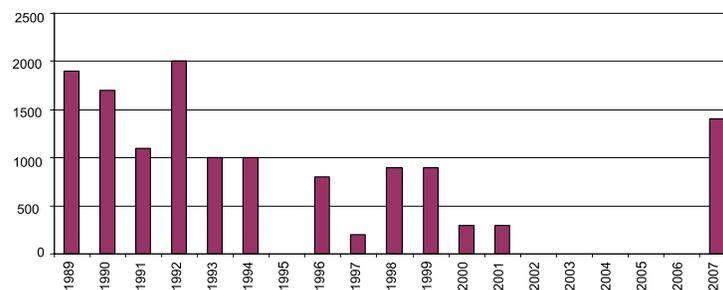
A crise de eletricidade na África do Sul demonstra que os esforços generalizados em todos os países em desenvolvimento para incentivar o investimento do setor privado no setor da eletricidade não são susceptíveis de ter êxito. Portanto, o governo e as empresa estatal de serviços públicos devem continuar a aumentar o investimento público, a fim de manter e expandir a capacidade de eletricidade.

Este artigo é publicado conjuntamente com o Centre for Development Policy and Research. Veja a série Development Viewpoint no site <[www.soas.ac.uk/cdpr](http://www.soas.ac.uk/cdpr)>.

**Referência:**

Bayliss, Kate e Ben Fine, Orgs. (2008). Alternativa privatização e de Reforma do Setor Público na África Subsaariana. Londres: Palgrave MacMillan.

**Capacidade Instalada e Operacional Acrescentada (Megawatts)**



Fonte: UBS Investment Research.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:

[www.undp-povertycentre.org](http://www.undp-povertycentre.org)